

A questão da violência na teoria de segurança do pós-guerra Fria

The problem of violence to post-Cold War security theory

João Victor Pinto Dutra¹

RESUMO

A violência aparece neste trabalho como um fio condutor da ampliação e aprofundamento dos estudos de Segurança no Pós-Guerra Fria, a partir da seleção de alguns autores relevantes da área. Assim, iniciamos com um apontamento teórico sobre a relação entre violência e Estado moderno para, desta maneira, debruçarmo-nos sobre como a violência produz um olhar particular sobre a (in)Segurança e as Relações Internacionais.

Palavras-chave: Violência; Segurança; Pós-Guerra Fria.

ABSTRACT

Violence appears in this work as a thread of the broadening and deepening of Security Studies in the Post-Cold War, starting from the selection of some relevant authors in the field. Therefore, we started with a theoretical note on the relationship between violence and modern State to, in this way, avail ourselves of how violence produces a particular view at the (in)Security and International Relations.

Keywords: Violence; Security; Post Cold War.

INTRODUÇÃO

Começamos pelo início: foi na “Política como vocação”, em 1918, que Weber sentenciou talvez a frase mais difundida das ciências sociais:

Em todos os tempos, os agrupamentos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. (Weber, 1993, p. 56).

¹ Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio, Bacharel em Relações Internacionais pelo Ibmecc-RJ e Ciências Sociais pela UFRJ. Atualmente é Assistente de Pesquisa do Instituto Promundo, Rio de Janeiro, Brasil. *Conjuntura Global*, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 151-170.

Nesse parágrafo, Weber reivindica, pelo menos, dois conceitos que agindo conjugadamente são responsáveis por esse projeto de poder que se torna o Estado. A legitimidade – que é a capacidade de dizer em como, em quais circunstâncias momentos a violência física será aplicada, ou seja, as possibilidades de autorizar o uso da força contra determinado indivíduo, grupo ou Estado – e a dominação, que aparece implicitamente, quando a legitimidade implica no reconhecimento de um determinado grupo, aquele que domina carismaticamente, legalmente ou pela tradição. Assim, o corrente uso do Estado como a instituição capaz de obter o monopólio da violência num território específico, sob a identidade de uma nação, de um povo. A dominação permanecerá um tema importante para Weber, que posteriormente no *Economia e Sociedade* discutirá os tipos de dominação, a burocrática, a patrimonialista, dentre outras, onde a dominação burocrática será importante, sobretudo, para compreender a relação entre as agências de (in)segurança e as práticas de (in)segurança e suas hierarquias, regras internas e autoridades estabelecidas.

Mais tarde, em 1939, Norbert Elias (1993) declarava que o chamado processo civilizador havia operado nas sociedades europeias, sobretudo no caso da França, conjugando a centralização do poder na monarquia – e por fim, na criação de todo o aparato estatal responsável pelo controle, acesso e distribuição de impostos, terras e propriedades – com a constituição do controle sobre as pulsações violentas, as quais, num passado bárbaro e feudal, fizeram parte do cotidiano, dos indivíduos. A chamada sociedade belicosa feudal, para Elias representava uma complicada rede ganhos e perdas em que as relações familiares e de parentesco permaneciam como fontes de insegurança e instabilidade para o modelo de organização política a ser realizado nos séculos XV, XVI e XVII. É nessa crença sobre o auto-controle do indivíduo, que a violência aparece também como qualidade desse processo civilizador, em que, fatalmente seria usada como instrumento da razão, em ações racionalizadas. O monopólio do uso da violência, e do reconhecimento dos seus usos reaparece como fundamento da interdependência entre as classes:

Até a época em que o controle dos instrumentos de violência física – armas e tropas – passou a ser altamente centralizado, as tensões sociais explodiam repetidamente em ações belicosas. Determinados grupos sociais, comunidades de artesãos e seus senhores feudais, cidades e cavaleiros, enfrentavam-se como centros de poder que – e que só Estados fariam mais tarde – teriam que sempre estar dispostos a resolver pela força das armas duas divergências de interesses. Os temores despertados nessa estrutura de tensões sociais ainda podiam ser

liberados fácil e frequentemente pela ação militar e pela força física direta. Com a gradual consolidação dos monopólios de poder e a crescente interdependência funcional entre nobreza e burguesia, tudo isso mudou. As tensões se abrandaram. (Elias, 1993, p. 250).

Rapidamente, podemos observar que o cerne da condição política do Estado seria o seu vínculo com o uso reconhecido, legítimo da violência, e, mais ainda, para Elias, com o Estado foi possível submeter o controle dos variados grupos sociais e deles controlar suas pulsações para o uso da violência, para a resolução dos conflitos no confronto direto. Parece-nos que, sob este paradigma, que a violência – o seu controle, domínio, compreensão, mensuração - seja um objeto elementar da segurança, transportando este debate da sociologia e política para a discussão sobre a Segurança Internacional, onde ameaça, proteção, sobrevivência e relações de poder estão implicadas na política internacional. Aparentemente, levar em consideração o monopólio do uso da violência por parte do Estado para uns (para os tradicionalistas) significa menos guerras e conflitos – considerando a natureza interestatal – enquanto para outros (para os críticos e pós-modernos) esse monopólio jamais garantiu uma segurança ampla e democrática, levando-se em consideração alguns grupos sociais (KRAUSER; WILLIAMS, 1997).

A teoria crítica, informada, sobretudo pela escola de Frankfurt e pela busca pela emancipação, por outro lado, busca outras fontes em que a violência opera na opressão e controle do indivíduo. Beatrice Hanssen (2000) relembra algumas das fontes sobre a violência para a teoria crítica e o pós-estruturalismo, com Nietzsche, Benjamin, Althusser e Foucault, por exemplo. Como caracterizar a violência? A autora parte da concepção de que a modernidade foi responsável pelo aumento das tipologias de violência, transversalizando diversos tipos de pensamento. Nietzsche seria um dos primeiros autores a considerar a violência um princípio elementar do liberalismo, a partir da crítica ao contratualismo, como o contrato pleno de violência, não como aquilo responsável pela proteção dos indivíduos, conforme a visão tradicional da segurança credita aos Estados. Por isso, a lei aparece como veículo dessa violência permitida, aquela monopolizada legitimamente pelo Estado.

O próprio título do livro *Critique of violence: between poststructuralism and critical theory* remete ao famoso artigo de Walter Benjamin, *Critique of violence* (2009). De modo geral, a crítica repousará sobre o contratualismo e fundação do liberalismo,

com o estado de natureza. A questão principal para Benjamin cairá sobre a violência que é legal e aquela que é ilegal. A greve dos operários, para o filósofo, será uma violência contra as práticas capitalistas de mercantilização do trabalho e da mais-valia; paralisar a fábrica não somente deixa de produzir aquilo que o capitalista vende, mas também compromete uma série de outros fatores do controle sobre o cotidiano da classe proletária. Observará como a lei e sua exceção criam possibilidades de violência, onde a luta de classes surge como uma violência moralmente justa. O ambiente é propício para este debate: a crise parlamentar na recém-fundada república de Weimar, como forma de “liberalizar” a Alemanha derrotada na I Guerra Mundial.

Na França, com o estruturalismo marxista, Althusser trabalhará com as interpelações das representações lacanianas: a ideologia, que Marx pouco desenvolveu, possui um papel de representar a representação da realidade social. Assim, a condição da manutenção do modo de produção seria a reprodução da ideologia através de seus aparelhos, desde a escola à igreja. A violência aparecerá como meio do aparato repressor do Estado, como forma de violência simbólica, como a polícia e o exército. Já Foucault, com o pensamento hermenêutico, buscando romper com as amarras estruturalistas, também estudou as formas institucionalizadas de violência com a vigilância, regimes de disciplinarização e o sistema penal moderno; a diferença estaria nas formas capilares de atuação dessas forças, para além do Estado. Ao contrário dos autores liberais que separavam a violência do poder, para ele, essa distinção não fazia sentido algum.

Nos estudos de Segurança Internacional os realistas, de Carr a Waltz, compreendiam muito bem o lugar e o tempo da violência no sistema internacional: a qualidade anárquica das Relações Internacionais tornaria a ameaça à sobrevivência uma constante, a natureza em si das relações de poder. Portanto, a auto-ajuda – a crença na própria capacidade egoisticamente – como princípio e ethos dos Estados contribuem para o ambiente da violência generalizada, aquela que é exterior, baseada na alteridade, fora do Estado.

O construtivismo enquanto a epistemologia “middle ground” (ADLER, 1997), com a promessa de conseguir se distinguir do realismo-estrutural na sua aceitação da co-constituição e pela reflexividade dos processos sociais. Porém, sem subverter um conhecimento hermenêutico como fizeram os pós-modernistas, realizou um passo

importante na interpretação da anarquia internacional. Para Alexander Wendt (1992) isto tudo era uma questão de cultura. Os padrões de inimizade, amizade e rivalidade são intersubjetivos e moldam a identidade corporativa estatal, que afinal determina os interesses na interação social. Assim, a anarquia internacional seria o que fazemos dela, ou seja, a permissividade da violência depende da relação entre as unidades e o sistema, é considerar a co-constituição entre os agentes e a estrutura.

Os teóricos críticos e pós-positivistas, ao buscar romper com a tradição estadocêntrica e contornando o foco anteriormente dado nas ameaças externas, no dilema de segurança e no sistema de autoajuda, ampliou o debate sobre as (in)seguranças a que os indivíduos comumente convivem. As Novas Guerras chamaram a atenção para a perpetração da violência no interior do Estado, por suas próprias instituições, por suas próprias forças. Desta maneira, o artigo buscará desenvolver a presença ou não do tema da violência, física ou simbólica, em especial sobre aqueles que desenvolveram seus trabalhos no pós-Guerra Fria, período de expansão horizontal e vertical dos estudos de segurança.

O Construtivismo

No famoso volume “The culture of National Security” (1996) Katzenstein, Wendt e outros autores discutem como o realismo negligenciou a natureza identitária dos Estados tão importantes para eles, uma vez que poderiam indicar os interesses e ideias particulares de segurança nacional. Eles partem de duas considerações iniciais: os estudos da segurança nacional têm um forte conteúdo cultural e institucional, mais do que somente material – o que pensam os realistas. A segunda: as culturas afetam não somente os incentivos, mas também suas identidades.

Deste modo, para uma agenda ampla do construtivismo, seriam três possibilidades para os estudos culturais nas RI. O primeiro é o mais reconhecido e legitimado, são as instituições e regimes de segurança. O segundo é o reconhecimento de uma cultura política mundial – seriam o DIP, normas e moral -; por último, os padrões internacionais sistêmicos de amizade, rivalidade e inimizade. Para os realistas, esses tipos diferentes de cultura em que se desenvolvem as relações, seriam eminentemente causadas pela distribuição da balança de poder, no entanto, o argumento dos autores é

sobre sua autonomia, através da reflexividade da identidade nacional, por isso mesmo a identidade é distinta do comportamento.

Como instituições, normas, e outras características culturais do ambiente doméstico e internacional afetam os interesses de segurança e políticas dos Estados. A co-constituição dos agentes e da estrutura se desenrola em três diferentes processos ou níveis de construção: 1- ambientes podem afetar somente o comportamento dos atores; 2- podem afetar contingentemente as propriedades dos atores (identidades, interesses, capacidades); 3- podem afetar, por último a existência dos mesmos.

Assim, o caso da OTAN, por exemplo, a sua expansão, crise e permanência poderia ser mais bem compreendida não pelo equilíbrio de poder, mas pela relação com as identidades nacionais e como elas modificam os interesses e a segurança nacional. A Crise de Suez e a Crise dos Mísseis teriam sido acontecimentos importantes na constituição de um ambiente de amizade na comunidade de segurança. No primeiro caso, a falta de uma normatividade aplicada sobre a transparência nas relações e interesses entre os aliados fez com que as regras da OTAN fossem modificadas. Essa transformação seria mais visível quando na Crise dos Mísseis, os aliados europeus tornaram-se uma variável importante na negociação com a URSS. Com o fim da superpotência comunista, a própria constituição identitária da comunidade de segurança foi modificada, tendo seus interesses e formas de atuação transferidas para um campo de certa forma extenso na década de 1990, as intervenções humanitárias.

Outro caso apresentado é a relação entre os Estados árabes e Israel com as potências ocidentais. Desde o pan-arabismo, o advento de uma organização política supranacional esteve presente nos debates, ainda mais nas décadas de 1960 e 1970. Tal fato pode ser ilustrado com a união entre o Egito e Síria, a ascensão dos partidos arabistas, aproximados com o socialismo. No entanto, para os autores, essa comunidade de segurança surgida com a Liga Árabe não estava calcada num ambiente de amizade, mas sim de rivalidade, criando a possibilidade de interesses de segurança nacional divergentes uns dos outros, permitindo a desconfiança mútua, embora de certa forma o inimigo comum fosse Israel, mas que não possibilitou a constituição de uma identidade árabe única. Exemplo disso é a criação do Conselho de Cooperação do Golfo, região mais periférica dos centros árabes e que, em comum, tinham o medo de um aumento de poder e intervenção dos países centrais do Oriente Médio.

No caso de Israel, a identidade democrática e de respeito aos Direitos Humanos nem sempre foi suficientemente empregada como um aliado natural do ocidente, principalmente, com os EUA. A ocupação dos territórios palestinos e a política segregacionista, para os autores, causaram alguns ruídos na identidade de Israel.

A categorização de Wendt em *Social Theory* (1999) deixa claras as possibilidades políticas do uso da violência. No ambiente da inimizade, aquele hobbesiano do estado de natureza, o ego busca como fim de sua política a destruição do alter-ego, realizando uma ação revisionista da sua existência. Neste ambiente o outro representa uma ameaça existencial iminente. No ambiente da rivalidade, ou lockeano, a proteção da propriedade individual é o que move a competição entre as unidades. Já o ambiente de amizade, ou kantiano, as identidades são constituídas de tal forma que não existe desconfiança nem a possibilidade de conflito entre os Estados. A característica desse movimento é o consequente compartilhamento de políticas públicas, ações militares e informação, como ocorre entre os aliados da OTAN.

Segurança Crítica: da estratégia à segurança

Krause e Williams (1997) tentam localizar a expansão dos estudos de segurança, sobretudo a teoria crítica, em relação às teorias tradicionalistas. Com o final da Guerra Fria, alguns vislumbram um momento de paz e desenvolvimento, porém, deve-se discutir em que medida o indivíduo fica ameaçado – ou torna-se objeto de segurança. Por isso, da estratégia para a segurança, uma mudança teórica e epistemológica: por conta do realismo, algumas premissas eram des-historizadas, ou seja, a noção de linearidade do conhecimento partia da concepção de que a realidade social possui regras implícitas e explícitas e de que o esforço teórico deve ser realizado no sentido de descobri-las, torná-las compreensíveis.

Ao mesmo tempo, e como será em parte a discussão deste período, essa progressão do conhecimento – o progresso – também produz autoridade.

As a vision of the relationship of history to knowledge, it is extremely powerful. In portraying his view as the apogee in a linear process of scientific progress, [Stephen] Walt creates an explicit epistemic hierarchy. This allows conventional security studies to set itself up as the judge of alternative claims: a particular reading of the meaning and evolution of the history of strategic

studies yields a clear contemporary claim to disciplinary authority. (KRAUSE; WILLIAMS, 1997, p. 37).

Mesmo com as possibilidades de mudança – ou pelo menos, na multiplicidade de visões de mundo surgidas nas décadas de 1960 e 1970 – o neorrealismo, com sua obra-símbolo, *Theory of International Politics*, surge em 1979, com o reforço da centralidade do papel do Estado enquanto unidade de análise e com a exclusão de outros temas que não a diplomacia ou as forças militares da agenda de estudos. É no neorrealismo que o compromisso com a racionalidade instrumental permanece como a forma de entender como as unidades calculam suas estratégias em virtude da maximização dos ganhos. E é na confrontação, na socialização com o outro que o outro se torna fonte de insegurança, de ameaças. Assim, não pode haver segurança na ausência de autoridade do Estado. E na autoridade também se funda a obrigação, a obrigação de proteger os cidadãos, que, portanto são identificados no Estado e quem está de fora dele, é, automaticamente, uma ameaça.

A anarquia internacional surge na individualidade e egoísmo (self-interest) dos Estados: embora possam ter o interesse de cooperar, nunca saberão se os demais agirão de acordo com o modelo cooperativo:

Anarchy becomes an objective fact because international relations are defined by the absence of that which is necessary for political order at all: the state. Anarchy, then, is derivative: it is a conclusion based on an a priori claim about the nature of the individual human subject and the kind of political order that this subjectivity necessarily requires. (KRAUSE; WILLIAMS, 1997, p. 41).

Um segundo movimento teórico do neorrealismo, baseado no positivismo, o discurso da autoridade científica, como representação objetiva da realidade. Epistemologicamente, a racionalidade serve para entender a natureza racional da realidade, em outras, palavras, tratar os fenômenos como objetos; isso tem implicação direta com a forma de se ver a agência humana e a subjetividade: só é possível entendê-las pela universalidade do rational self-interest. Por isso, o Estado como ator é uma solução.

O fundamento do Estado produz um sujeito dependente do aparato estatal. Como visto acima, a segurança vem com a cidadania: se você é um cidadão de um país, tem sua proteção, senão, é um inimigo. Como exemplo, uma população que não possui Estado

vive numa condição de insegurança maior na modernidade. Assim, os autores sugerem três possibilidades de desafiar a visão tradicional, projetando a segurança no indivíduo.

1 - Tornar o indivíduo o objeto da segurança: o debate sobre as intervenções humanitárias reacende a discussão entre a soberania e os Direitos Humanos:

Internationally, this plays itself out in the renewed debate over humanitarian intervention, as illustrated by former United Nations Secretary-General Javier Perez de Cuellar's assertion that "we are clearly witnessing what is probably an irresistible shift in public attitudes towards the belief that the defense of the oppressed in the name of morality should prevail over frontiers and legal documents." While its implications in policy terms remain unclear and contested, this focus represents a clear challenge to the claim that state sovereignty provides the sole locus of authority and security for its citizens. (KRAUSER; WILLIAMS, 1997, p. 44).

2 - Tornar o indivíduo foco da segurança como cidadão: a questão passa em observar que a maioria das ameaças aos indivíduos não vêm de outros Estados, mas sim das próprias instituições nacionais. Assim, todo um repertório vindo da segurança, como a garantia da soberania, a segurança nacional, é usado para legitimar o uso dessas burocracias contra a oposição. Paradoxalmente, a cidadania acaba sendo uma fonte de insegurança, de justificação de violência.

3 - O terceiro aspecto é tratar os indivíduos como objetos da segurança, através de uma condição de humanidade, com preocupações comuns globais. Como o caso do meio ambiente.

No entanto, a ampliação ontológica da segurança também pode ser problemática quando pensada como uma mera replicação dos problemas e dificuldades a serem ultrapassadas, como, por exemplo, a ocidentalização dos direitos humanos. Ao buscar na identidade um objeto da segurança, levanta-se a questão da identidade e da comunidade: em última instância, desafia também a lógica do estado dado. O que está em jogo e em disputa, nesse caso, não é um dado objetivo material, mas sim ideacional – as ideias – embora distante da solução equacionada pelos construtivistas.

Por fim, os estudos de segurança não dependem de uma ameaça existencial, nem da presença de um hegemon no sentido realista. "This is not to say that perceptions of threat and interest are irrelevant, but the questions become how these threats and interests are constructed, how the actors involved are constituted, and how these

processes may change.” (KRAUSER; WILLIAMS, 1997, p. 51). A violência, assim, poderia ser visibilizada, através do ponto de partida dos aparelhos de segurança como próprios perpetradores desses atos. Essa virada é importante no reconhecimento da violência, simbólica e física, a que diferentes classes e estamentos são submetidos nas práticas diárias da vida. Mais profundamente, isso incorre em estabelecer os dispositivos que os discursos mesmos resolvem: distorcer as dominações, distanciar as causas das consequências e transformar as diferentes posições sociais pela violência (BOURDIEU, 1989).

A segurança como produção do inside/outside

Seguindo a tradição pós-modernista de Rob Walker (1997), podemos entender a segurança também como as relações de força que produzem espaços de autorização e autoridade, que detém, em última instância a capacidade de decidir quem é incluído e excluído da comunidade política do Estado-nação moderno. Assim, o autor pretende esboçar as condições em que o Estado moderno cria as possibilidades de segurança, sob três direções:

I will argue, involve, first, a certain skepticism about the claim that the modern state and states system offer the only plausible way of responding to questions about the political; second, a clear awareness of the essentially normative, indeed radically idealist character of claims about national security; and third, a sense that if things are indeed changing, they are unlikely to be doing so in ways that are foretold in the normative visions of the modern state, which are, after all, visions preoccupied with containing change within territorial boundaries and legal codes.” (WALKER, 1997, p. 62).

Como resultado do ambiente da década de 1990, as mudanças e permanências nos estudos de segurança continuam presas aos conceitos modernos de política e violência. No contexto do final da guerra fria, a expansão das ameaças e dos atores que causam ameaças às sociedades partem do princípio da multiplicidade e generalização das relações étnicas, geopolíticas, ecológicas e econômicas que, em última instância, dizem respeito ao tudo ou nada, à classificação iminente das relações de poder. Nessa nova ordem mundial, a generalização do campo da segurança responderia à uma razão global, antes da razão de Estado. Uma vez que operar os as práticas de segurança poderiam ocupar a totalidade das necessidades do poder estatal – na economia, na

Conjuntura Global, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 151-170.

saúde, na cultura – o poder soberano cada vez mais tem de ter uma visão mais ampliada de seus horizontes.

Essas mudanças nas orientações da relação entre agentes perpetradores e sujeitos inseguritizados dizem respeito às práticas de segurança na modernidade, a uma conceitualização a-histórica de discursos e julgamentos políticos. Mesmo em Hobbes – o patrono realista e construtivista da anarquia hobbesiana da inimizade - adianta Walker, o Estado é fonte em si mesmo de insegurança. De alguma forma a presença do Estado, ou a sua ausência, tornou-se não somente a fonte de segurança ou insegurança, mas a vida política possível e imaginável em que a segurança e insegurança podem existir. O problema da segurança é político, é sobre quem age e quem é ator em seu espectro. Não podem ser compreendidas outras formas de segurança sem levar em consideração as possibilidades permitidas pelo discurso da modernidade. “Consequently, to try to rethink the meaning of security must be to engage with a variety of attempts to rethink the character and location of the political (and not simply what is usually framed as “international relations”)” (WALKER, 1997, p. 69).

Embora existam três linhas básicas de pesquisa em segurança: realismo político, liberalismo (UE) e normativismo da teoria de RI, elas, no final das contas, são de corroborar e reproduzir a legitimação de um discurso político da modernidade, mais que isso seria sobre subjetificar quais as possibilidades e impossibilidades de cada um:

Claims about common security, collective security, or world security do little more than fudge the contradiction that is written right into the heart of modern politics: we can only become humans, or anything else, after we have given up our humanity, or any other attachments, to the greater good of citizenship. Modern accounts of security are precisely about subjectivity, subjection, and the conditions under which we have been constructed as subjects subject to subjection. (WALKER, 1997, p. 71).

Sob a lógica realista, as possibilidades políticas estão restritas à anarquia ou ao império mundial. A segurança nacional só pode existir na presença de unidades competitivas iguais: os Estados. É neles que repousa a qualidade da violência em sobreposição a um conceito de humanidade, de mundo. “Se você quer paz, prepare-se para guerra.” Parte da história dos Estados parte da premissa da acumulação de poder na violência para que o próprio poder se reproduza e se recrie. Por fim, a unidade soberana cria os seus perigos na medida em que se torna a solução para eles. É essa a

condição política para entender a segurança. É o Estado que diz onde está a paz e o que ela é. O perigo, a guerra, o medo, estão na alteridade, no outro, no externo à comunidade política. Como já observado por Weber e Elias, parte da história moderna – ou daquilo que pretende ser – é sobre a acumulação de energia e violência requerida para assegurar o monopólio do uso legítimo da força, da violência física. Nesse sentido, o apelo à construção da nação e seus símbolos continuam a empreender uma grande necessidade da vida política diária.

Mais que isso, os limites dessa história moderna se encerram, também na divisão do conhecimento. Nesse sentido, as concepções de dois campos de conhecimento que são a sociologia política e as relações internacionais, uma teoricamente e historicamente – trabalhados e operacionalizados - excludentes ou pertencentes a tradições e fenômenos distintos. O “problema do internacional” com a sociologia política (Bigo e Walker, 2007) deve ser questionado no sentido em que o que é o internacional. Neste movimento, deve-se atentar para as disposições dos campos científicos que ora trabalham com o internacional (as RI, principalmente) ora com o local (sociologia) – muitas vezes essas marginalizadas e excluídas pela teoria internacional - e que, em última instância produzem e reproduzem as condições materiais das próprias fronteiras e limites tanto das disciplinas como entre o nacional e o internacional, o global e o local (idem, p. 726).

Mais profundamente, a distinção aparece, justamente, nos termos social ou político, na análise política ou sociológica, como consequência, portanto, dos caminhos pelos quais aparecem construídas as próprias disciplinas. Por isso, a dificuldade em trazer a sociologia política para o problema do internacional: para Bigo e Walker, o desejo de trazer a sociologia para o contato com o problema do internacional suscitaria um problema “original” sobre as exclusões mutuamente atribuídas em atividade na criação dessas duas disciplinas, porque este problema do internacional também pode ser expresso, em parte, como uma resolução da ausência da sociologia política (p. 727).

A escrita dessa história e sua produção e reprodução são realizadas sobretudo numa lógica dualista em que o realismo opera os limites da política e o idealismo projeta os limites em si do realismo:

Realism in this sense is the code that affirms the limits of modern politics. Idealism is the prior code that idealizes the moral community within the state that produces realism as the limit, although now projected outward and forward into a world that is apparently without limit. This oscillation generates a discourse of tremendous power. It induces illusions of permanent hopes and permanent tragedies. It legitimizes an account of political necessity that can excuse the most intolerable barbarism. (WALKER, 1997, p. 75).

Na tragédia, no barbarismo é que repousam as necessidades da violência em detrimento de um âmbito normativo dos Direitos Humanos, por exemplo. A razão de Estado, aquela que permite a resolução de relações de força em rupturas da vida cotidiana, em estados de exceção do liberalismo, para lembrar Walter Benjamin, está intimamente às operações da segurança. O problema da expansão do conceito de segurança para variadas áreas, enfim, está para a questão do estado de emergência da democracia. O sujeito da segurança, assim, permanece o sujeito da modernidade, o indivíduo autônomo e o Estado territorial soberano.

A guerra ao terror e a produção de perigos

Para Karin Fierke (2007) os perigos, e portanto, ameaças, são construídos de maneira ativa, e não descobertos estaticamente, como uma ontologia tradicional afirmaria. Sujeitos, objetos e práticas são envolvidos na produção desses perigos e como resultado disso, haveria na linguagem das relações internacionais diversas situações de emergência, dentre as quais, as ameaças, as crises, os problemas e os riscos. As abordagens tradicionais da segurança observariam somente as ameaças objetivas, externas aos agentes, por isso a tarefa primeira da soberania, do Estado soberano, é proteger seus cidadãos. Para os críticos, as ameaças partem de uma política de representação, ou seja, estão implicados na construção daquelas ameaças. Por isso, está na cultura a responsabilidade pela criação de padrões de ameaças a serem definidas ou não.

Para a teoria crítica o caminho para a saída política da modernidade para a segurança deve ser a emancipação. O termo propriamente vem da escola de Frankfurt, principalmente com Hockheimer. O ponto de inflexão da escola veio com Adorno e as obras sobre o Holocausto e sua última consequência do iluminismo e de um projeto de

modernidade baseado na razão instrumental, com a criação de uma tecnologia cada vez mais desumanizadora. A emancipação era fundamentalmente coisa de classe social, do proletariado. Com Habermas, a questão passaria a ser entendida através da interação e da comunidade e a emancipação estaria localizada na linguagem.

Booth irá também trabalhar a emancipação através da segurança – como a ausência de ameaças – e emancipação como a liberalização dos indivíduos dos constrangimentos físicos e humanos que os impediriam de fazer o que quisessem². Dessa forma, “war and the threat of war are constraints, as are poverty, poor education and oppression.” (FIERKE, 2007, p. 188). Dentre esses constrangimentos, Fierke nos lembra, também, da genderização e essencialização das relações entre protegidos e protetores, fatalmente, bem como a relação entre violentadores e vítimas.

O militarismo, em si, produz e reproduz determinadas construções sociais do que é bom e ruim, do que é próprio e impróprio, do que é permitido e proibido. Assim, é um conjunto de ideias, uma ideologia, que prevê uma relação necessária entre um conflito e o uso da força (FIERKE, 2007, p. 196) combinado com um tipo de masculinidade hegemônica que atribui papéis a homens e mulheres [na visão de Cynthia Enloe]. No entanto, não é somente nos estados de guerra que o militarismo age; mais que isso, é um sistema que atua no cotidiano, nas identidades e, sobretudo na constituição do que é segurança e do que não é. A contribuição dos estudos de gênero, na segurança internacional, sobre a violência é extremamente importante, na medida em que aponta os diferentes papéis sociais e possibilidades de ação, a partir do sexo. Tickner, Sylvester, Enloe, Butler, Reardon, Connel, entre outras autoras, chamam a atenção para as relações sociais que implicam em formas de violência invisibilizadas, apontando as vítimas e quem as deve proteger.

Não curiosamente, no sistema de guerra, o cidadão guerreiro, aquele que deve proteger sua nação da violência do guerreiro estrangeiro – lembrando que na modernidade a nação surge como uma figura feminina, a responsável pela reprodução – acaba sendo o próprio violentador. O que não quer dizer que homens, soldados ou não, não sofram coerções e violências sobre suas ações e tomadas de posição. A

² Ora, ao estabelecer o que é a emancipação, a preocupação corrente é observar em que medida criar um conceito positivo também cria outras relações de poder e outras hierarquias, muitas vezes baseado em representações de um mundo não-ocidental, pobre, corrompido e necessitado de ajuda e um mundo ocidental que seria o provedor da emancipação dessas populações.

masculinidade hegemônica somente se torna hegemônica, por ser a todo momento um objeto de catequismo, um tipo ideal que hierarquiza e reprime outras formas de masculinidade. Não somente na prática do conflito, mas em que medida, para as mulheres, as fronteiras entre o conflito e o pós-conflito existem, se no contexto de dominação masculina, a violência física, psicológica, simbólica e sexual ocorre sem constrangimentos (MOURA, 2010). As considerações sobre a paz positiva e negativa seriam um arcabouço que melhor compreenderia essa multiplicidade de situações vividas e sentidas nas vidas dos indivíduos.

Os traumas, os medos e os perigos, assim como suas respostas se reproduzem nas práticas de segurança. Os eventos do 11 de setembro e do furacão Katrina, como casos exemplares para elas, apresentam a questão da vulnerabilidade dos EUA diante dessas ameaças. E vulnerabilidade é associada a fraqueza e dependência, em última instância com a insegurança. Ora, essa é a passagem pela qual a segurança torna-se coisa de policiamento, de uso da força, quando em ambos os casos inocentes são acusados e mortos. Na guerra ao terror, o saldo de óbitos é bem maior que aqueles do atentado às torres gêmeas, e no furacão Katrina, a preocupação principal de segurança não era diminuir o sofrimento daqueles que estavam ilhados, mas sim garantir a posse da propriedade privada e evitar roubos e saques. Esse desastre natural, com consequências humanas diferenciadas, evidenciou que até mesmo a nação mais poderosa permanecia vulnerável em suas desigualdades e contradições internas.

Os corpos das vítimas da guerra do Iraque e os corpos excluídos como opção do governo americano são, para Fierke as vidas nuas, aquelas que têm como qualidade nenhuma qualidade, são simplesmente produto de uma relação de poder em que podem ser descartados, esquecidos e invisibilizados: “Both 9/11 and Katrina exposed us to a moment of bare life and human vulnerability. In both cases the vulnerability was hastily covered over and the appearance of control reinstated as the state sought out enemies, whether terrorists or looters, in order to restore ‘security’.” (FIERKE, 2007, p. 194).

Na visão tradicional de segurança, ela mesma só existe em função do aparato militar estatal, contra as ameaças apresentadas por outros Estados. Essa resposta da segurança realista assume que essa seria a melhor maneira de estar seguro contra o perigo. Implícita e explicitamente, essa resposta assume a hierarquia entre aqueles que protegem e aqueles que são protegidos, aqueles cujas fronteiras estão abertas e aqueles

que são nelas contidos. A questão, para Fierke, é em que medida, do ponto de vista de nossa vulnerabilidade, estaríamos livres das ameaças e perigos, e por fim, da violência.

A política da (in)segurança

Para Jeff Huysmans (2006) as chamadas práticas de insegurança podem ser traduzidas em modulações sobre os objetos de referência, ou seja aqueles que são enquadrados no núcleo de segurança e são responsáveis pelo debate ocorrido na década de 1990 pela abertura ou não do conceito de segurança. Sua análise buscará, ainda, aplicar uma compreensão das tecnologias de segurança dessas modulações sobre as interpretações dominantes do enquadramento de segurança. Essas interpretações, fundamentalmente, como são produto das relações de poder dadas num momento específico, estão implicadas diretamente na regulação e disciplinarização da política corrente, não necessariamente aquela aplicada à exceção, à ameaça existencial, conforme prega a Escola de Copenhague [ver Buzan et al, 1997]. Por isso, as visões de segurança são recortadas pela visão do político, das possibilidades políticas, que enfatizam determinadas modulações discursivas e tecnocráticas dos domínios de segurança.

O conceito de insegurança, portanto, passa por construções políticas e sociais, sem elas, não existe uma resposta coerente da sociedade para esse objeto de referência. Como conceitualizar insegurança? Inseguranças diferem de acordo com a natureza da ameaça e do objeto de referência que está sendo ameaçado. A contestação da definição de ameaça é a característica definidora da política da insegurança. O tipo de natureza da ameaça (objetiva ou subjetiva) e quanto de prioridade política ela merece são questões levantadas pela escola de Copenhague. Muitas vezes as ameaças concorrem entre si, sendo hierarquizadas.

Uma coisa para se tornar objeto de segurança não precisa ser a ameaça existencial. O exemplo do asilo na UE é que torna-se objeto de segurança através da modulação de suas instituições. Basta a ameaça estar integrada à condição de policiamento e defesa. A insegurança deriva de práticas modulares em termos de racionalidade da segurança – o que torna as políticas inteligíveis como uma prática de

segurança. Os processos de definição de ameaças são, em si, domínios de insegurança. É preciso lembrar que a diferença ontológica que os estudos de segurança estabeleceram, a diferença entre a segurança humana e a segurança nacional, parece ser sobre quem é ameaçado: a primeira, os indivíduos, a segunda, o território nacional. No entanto, nem sempre elas estão em separado, ou são completamente opostas, como o caso de Kosovo.

Em grande medida, os responsáveis pela alocação de recursos em áreas que são enquadradas como segurança são as próprias agências de (in)segurança. As instituições desde a polícia até a academia em suas práticas e rotinas competem entre si pela dominação pela transformação do enquadramento da segurança de um modelo discursivo para um tecnocrático, da técnica de governo. Na raiz dos processos estão escolhas políticas, não, conforme a interpretação tradicional, somente que os domínios de insegurança provém de uma reação a uma ameaça, existente ou não.

Nesse debate, também se insere as transformações ou não. Como compreender uma mudança, a situação emergencial em políticas “excepcionais” – com ênfase na exceção - e uma continuidade se as práticas de insegurança estão implicadas na rotina e na institucionalização da segurança e da insegurança:

The tension between claims of exceptionality and the continuous enacting of insecurity through routines and in the institutional competition between security agencies is a central element of how insecurity is politically and socially constructed. Conceptualizing insecurity in terms of the framing of domains of practice helps to emphasize the continuous dimensions of the modulation of security policies and therefore to bring out this particular tension. Such a perspective also guards security studies against uncritically borrowing a political security language that emphasizes crisis and exceptionality in the accounts of insecurity.” (HUYSMANS, 2006, p. 6).

A questão da linguagem de segurança, seja no contexto de exceção ou não, fazem parte de um processo mais amplo. As interpretações discursivas entendem que a linguagem não simplesmente descrevem um evento, mas mobilizam significados de maneiras específicas. Falar de segurança não somente reproduz um acontecimento, mas também opera transformações nesse contexto, movimentando mentes e corações. Os domínios de segurança e seu discurso não acontecem sob uma definição dada de ameaças ou como reação a elas, eles estão em constante disputa sobre a dominação dos seus significados. Com isso, esses domínios “[are] then not simply constructed through policy reactions to a threat but first of all by discourses of danger (Campbell 1992, 1998;

Weldes 1996), speech acts of security (Buzan *et al.* 1998; Wæver 1995), or language games of insecurity (Fierke 1998) that reframe an event into a condition of insecurity.” (HUYSMANS, 2006, p. 7). A linguagem é o centro de disputas porque tem a capacidade de mobilizar e integrar eventos com determinadas reações e expectativas! Em última instância, as técnicas de governo dos domínios de segurança agem no governo, na regulação dos perigos.

Com o problema das práticas de insegurança por parte das agências especializadas, a existência de um campo de estudos de segurança pode ser entendido como um epifenômeno da natureza tecnocrática da política. A função do especialista nem sempre está intimamente ligada à formação da política pública, mas serve de reflexo das tensões e debates que se encerram ali, por exemplo, quando Stephen Walt responde à abertura da segurança para fora dos assuntos militares, não quis dizer que o Estado investiria mais em outras áreas ou não. Três movimentos partiriam como base dessa análise. O primeiro movimento ao conceitualizar a insegurança como domínio de práticas: competição e coordenação entre agências de insegurança. O segundo: o debate acadêmico acerca da disputa pelo conhecimento de segurança legítimo. O terceiro: as práticas de insegurança e suas contestações articulam determinadas relações sociais e um certo imaginário político.

Considerações Finais

Vimos que os estudos de segurança se ampliam por questões teóricas e práticas a partir da década de 1990. Para os estudos críticos e pós-modernos, a violência permanece centrada nas questões postas ainda sobre weber, embora invertendo e desconstruindo a sua relação com o monopólio de violência por parte do Estado. Em grande medida, esse monopólio legítimo da violência não controla uma violência generalizada conforme na visão de Elias. O Estado, ele mesmo, é, também, o perpetrador e reprodutor de violências. A violência, epistemologicamente, é invisibilizada entre diferentes grupos sociais, entre etnias diferentes, entre homens e mulheres, tornando a multiplicidade de fatores e atores muito maior, que a busca pela sobrevivência num ambiente de competição. Essa própria busca pela sobrevivência é a manutenção de

práticas de insegurança baseadas na desigualdade de na violência, simbólica e material; por isso mesmo a emancipação é um tema que surge nesses debates como meio de superação de uma relação primeira, na criação de outros mundos possíveis.

A crítica dos estudos para a paz, na distinção entre paz positiva e negativa (GALTUNG, 1969), traz uma importante ruptura com essas noções tradicionais. No entanto, também falta um espectro mais amplo sobre a própria formação da ordem social. A segurança, para Foucault, em *Segurança, Território e População*, era criação de uma linguagem própria do Estado referente às boas práticas que tornavam o eEstado um fim em si mesmo - a razão de Estado. A violência como instrumento político ou seu produto merece sua devida atenção pelo fato de produzir espaços, tempos, sensações e idéias que implicam na construção da disciplina e do campo da segurança internacional, tornando algumas visões mais privilegiadas do que outras, interseções do conhecimento em áreas opostas, onde o próprio especialista é responsável pelo desenvolvimento de saberes criativos ou conservadores.

Bibliografia

ADLER, Emmanuel. (1997). Seizing the middle ground: Constructivism in world politics. *In: European Journal of International Relations*. v. 3, n. 3, p. 319-363, 1997.

BENJAMIN, Walter. **One-Way Street and Other Writings**. Londres: Penguin, 2009.

BIGO, D. e WALKER, R.B. J. (2007) Political sociology and the problem of the international. *Millenium: Journal of International Relations*, 35 (3), 725-739.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework of analysis**. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1997.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIERKE, Karin. **Critical Approaches to International Security**. Cambridge: Polity, 2007.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v.6, n.3, p.167-191, 1969.

HANSSEN, Beatrice. **Critique of Violence: Between Poststructuralism and Critical Theory.** Londres: Routledge, 2000.

HUYSMANS, Jeff. **The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU.** Londres: Routledge, 2006.

KATZENSTEIN, Peter. (Org.) **The culture of national security: norms and identity in world politics.**

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. From Strategy to Security: foundations of critical studies. (Org.) **Critical Security Studies: concepts and cases.** Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas Guerras: espaço, identidades e espirais da violência armada.** Coimbra: Almedina, 2010.

WALKER, Rob. The subject of security. (Org.) **Critical Security Studies: concepts and cases.** Minnesota: Minnesota University Press, 1997.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *In: International Organization.* v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **The Social Theory of International Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.